

A GUERRA FRIA NO BRASIL: REPRESSÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA DURANTE A PRIMEIRA FASE DO CONFLITO.*

Sidnei J. Munhoz**

Ao final da II Guerra Mundial, a América Latina sofreu um rápido processo de transformação na configuração política da maioria dos seus governos. No Brasil, em outubro de 1945, após uma década e meia no poder, Getúlio Vargas foi deposto pelos mesmos militares que haviam articulado o golpe que instituiu a ditadura do “Estado Novo”ⁱ. Seu sucessor, o general Eurico Gaspar Dutra, foi sufragado através do mais amplo processo eleitoral que o país havia experimentado, havendo participado do pleito aproximadamente quatro vezes mais eleitores do que na eleição presidencial precedente. A dimensão dos avanços em comparação ao processo eleitoral anterior pode ser claramente observada, quer em termos do crescimento populacional, quer da proporção numérica de eleitoresⁱⁱ.

Uma análise cuidadosa do processo em questão exige a discussão das particularidades dos países latinos, que contemplam um amplo leque de demandas, diferenciadas tanto do ponto de vista econômico quanto do político ou social. Os antagonismos dali resultantes colocam em cena, em particular, a organização e o revigoramento de sindicatos, a militância política dos trabalhadores vinculados ao partido comunista e os propósitos nacionalistas que se contrapunham às investidas do capital norte-americano, em maior ou menor escala, indicando mesmo, neste caso, a possibilidade da formação de pactos políticos para a defesa de interesses comuns. Contudo, o nosso propósito aqui está centrado na discussão da configuração política do estabelecimento dos novos governos e no reordenamento institucional no imediato pós-II Guerra Mundial, cenário em que se instauram políticas e práticas anticomunistas. Apesar das especificidades mencionadas, nota-se a existência de um padrão de semelhança em toda a região, que, grosso modo, pode ser expresso na seguinte equação: sob a influência do fim da guerra e do desmoronamento dos regimes autoritários na Europa, ocorreu na América Latina um redirecionamento dos regimes estabelecidos rumo à democracia formal.

Cumprir observar ainda, a esse respeito, as especificidades de cada um dos diferentes países latinos do continente, particularmente as associadas aos interesses das burguesias nacionais e da caserna, de modo relacional ao capital internacional nos respectivos projetos de desenvolvimento. Muitos mantiveram democracias formais, embora restritas, como o Brasil, a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Uruguai e o Chile. Outros, como o México, mantinham um sistema de partido único, contudo, com significativa base social e alguns mecanismos de participação democráticaⁱⁱⁱ.

Segundo Leslie Bethell e Ian Roxborough, a América Latina experimentou duas fases distintas naquele período. Na primeira, entre 1944 e 1946, com pequenas variações cronológicas, observou-se uma tendência de democratização da sociedade e uma mudança, ainda que efêmera, dos regimes em direção à esquerda, com inclinações nacionalistas e o fortalecimento das organizações de esquerda e da militância operária. No entanto, entre 1945 e 1947 manifestam-se sinais de reversão desse processo. Com a honrosa exceção da Guatemala, onde o regime democrático perdurou até 1954, nos demais países é possível afirmar que já em 1948 os sonhos de uma rápida democratização do continente haviam sido sepultados^{iv}. Para Peter H. Smith, ao final de 1954, mesmo com critérios de classificação bastante generosos, somente seria possível apontar a permanência de quatro regimes democráticos na América Latina: os do Uruguai, Costa Rica, Chile e Brasil^v.

Em decorrência da ruptura no interior da aliança que impôs a derrota às forças do Eixo durante a II Guerra Mundial e da emergência dos conflitos que deram origem à Guerra Fria, os EUA aceleraram a formação de alianças regionais. Naquele contexto histórico, os Estados Unidos afirmavam a premente necessidade de combater o expansionismo soviético e, ao mesmo tempo, impedir a proliferação do ideário comunista^{vi}. Do ponto de vista prático, essa estratégia possibilitava aos EUA as justificativas para intervir nas mais diversas regiões do globo em que os seus interesses estivessem em jogo. Nesse aspecto, a América Latina constituiu-se na primeira experiência de aliança de

caráter regional após a II Guerra Mundial. É bastante plausível sustentar a idéia de que a ambigüidade da relação dos EUA com a América Latina nesse momento pode haver acelerado esse processo. Em outras palavras, ao final da guerra a grande preocupação dos governantes estadunidenses era com a reconstrução da Europa e a conformação de instituições mundiais que espelhassem o modelo de desenvolvimento capitalista norte-americano. Em decorrência disso, o restante do continente abaixo do Rio Grande ficou em segundo plano. Contudo, era necessário assegurar o controle sobre essa região. Em conseqüência, a assinatura do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (Tiar), na Conferência do Rio de Janeiro, em 1947, tornou-se um imperativo.

É possível observar, entre os objetivos do **Tiar**, o desenvolvimento de uma política de defesa para o continente que restringia a interferência de potências não-americanas na região^{vii}. Assim, considerando-se o contexto inicial da Guerra Fria e o papel de liderança dos EUA, é possível compreender claramente o significado político do tratado, naquele momento histórico. A aprovação do **Tiar** e, posteriormente, a criação da Organização dos Estados Americanos (**OEA**) constituíram-se em importantes instrumentos de hegemonia estadunidense no continente americano. Do peso econômico, militar e político dos Estados Unidos deriva força suficiente para impor as suas decisões ao continente, valendo-se das instâncias decisórias então criadas e, dessa forma, conferindo à implementação da política externa norte-americana a aparência de um objetivo comum.

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência nazifascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas. Todavia, é enganoso acreditar que a guinada autoritária no continente tenha sido uma derivação exclusiva do projeto de contenção estadunidense. No Brasil, podemos observar uma pesada influência da grande potência do Norte no processo de democratização ocorrido ao final da II Guerra Mundial^{viii} e um rápido retorno às raízes autoritárias assim que ficaram evidentes os sinais de que o mundo experimentava um retrocesso democrático^{ix}. Dessa forma, devemos considerar que o fechamento político ocorrido no Brasil, durante o governo Dutra, possui raízes tanto exógenas quanto endógenas.

As expectativas de democratização do país sofreram duros golpes desde os primeiros momentos do governo Dutra. Objetivando o controle dos movimentos sociais, que se encontravam em um amplo processo de expansão desde o final da ditadura Vargas, já nos primeiros meses o governo eleito desencadeou uma intensa repressão político-social.

Dutra nunca foi um democrata, muito ao contrário, nutria enormes simpatias pelo regime de Hitler. Foi inclusive condecorado pelo governo alemão em 1939, quando o exército brasileiro adquiriu grande quantidade de equipamentos bélicos daquele país^x.

Os conflitos envolvendo os EUA e a URSS agudizavam-se dia a dia. Em decorrência, o inimigo temido não mais era configurado pelo fascismo, mas pelo comunismo. Nessa esteira, houve o recrudescimento de âmbito mundial no processo de democratização de países até então sob regimes ditatoriais. Isso teve reflexos em toda a América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. .

No Brasil, durante o ano de 1946 houve uma intensificação das lutas sociais. Somente no primeiro semestre ocorreram mais de 70 greves de médio ou grande porte, mobilizando algumas das categorias mais organizadas do país, como, por exemplo, as dos portuários, metalúrgicos têxteis, bancários e eletricitários, provocando a paralisação de mais de 100 mil trabalhadores^{xi}. Nos grandes centros urbanos, o constante aumento no custo de vida provocado pela escalada inflacionária estimulou a emergência de um consistente movimento contra a carestia. Nesse cenário, as ruas de algumas das principais cidades brasileiras tornaram-se palco de manifestações, em que os trabalhadores expressavam das mais

diversas formas os seus protestos contra a elevação dos preços, exigiam melhores salários e a solução dos graves problemas habitacionais e de transportes.

Dutra buscou, logo no início do seu governo, criar os mecanismos institucionais e legais para a repressão às organizações de esquerda e aos movimentos sindicais e populares^{xii}. Assim, em dois de março de 1946, obteve da Assembléia Nacional Constituinte a aprovação da manutenção do texto da constituição autoritária de 1937 até à promulgação da nova carta.

Dando seqüência à escalada autoritária, embasado na constituição estadonovista, em 15 de março, através da promulgação do Decreto-Lei número 9.070, o governo instituiu mecanismos de repressão ao direito de greve. O autoritarismo do decreto, na prática, significou a proibição dos movimentos grevistas para as categorias mais importantes do país. Apesar disso, a classe trabalhadora, principalmente nos grandes centros urbanos, manteve a sua mobilização e o enfrentamento aos patrões e ao governo^{xiii}. O PCB, desde o início da luta pela sua legalidade, ao fim da ditadura varguista, havia adotado uma linha mais conservadora e pregava a cooperação entre a classe trabalhadora e a burguesia, objetivando estimular o aumento da produtividade e propiciar as condições para a concorrência das empresas nacionais com as estrangeiras^{xiv}. Assim, o partido adotou uma postura cautelosa e muitas vezes contrária às greves^{xv}. Apesar disso, a repressão contra o partido intensificava-se dia a dia, ao mesmo tempo em que alguns setores da classe trabalhadora se distanciavam da agremiação, decepcionados com a postura do partido, que muitas vezes se confrontava com os seus interesses imediatos de luta pela reposição salarial e, em consequência, por melhores condições de vida.

O processo repressivo iniciado em 1946 adquiriu maior virulência no transcorrer do ano seguinte. A repressão política não atingiu apenas o PCB. Outros agrupamentos de esquerda, as entidades sindicais e os movimentos sociais também constituíram-se em alvos privilegiados da coação governamental. Até mesmo os opositores conservadores tornaram-se objeto da sanha repressora.

Em 15 de abril, a Juventude Comunista foi suspensa por um período de seis meses^{xvi}. No dia 07 de maio, o PCB foi posto na ilegalidade, através da cassação do seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)^{xvii}. Os comunistas que pouco antes haviam saído da ilegalidade, contavam com um extenso apoio e legitimidade popular. As suas organizações de base cresciam em ritmo acelerado por todo o país e os diversos periódicos que o partido mantinha nas principais capitais estaduais e em outras cidades de médio e grande porte atingiam tiragens invejáveis. O partido havia obtido marcante votação nas eleições de 1945 e 1947, ao conquistar aproximadamente 10% dos votos para presidente da República, eleger um senador e expressivas bancadas nas assembleias legislativas, na Câmara dos Deputados e nas câmaras municipais das principais cidades.

O vultoso crescimento do apoio popular ao PCB refletia-se na incorporação de novos militantes e na ampliação do número de ativistas que se aproximavam do partido nas mais diversas regiões. Na época, o partido proclamava haver atingido 200 mil filiados, tornando-se o maior partido comunista da América Latina^{xviii}.

Há opiniões divergentes quanto à influência do governo norte-americano na decisão de cassar o registro do PCB. De um lado, em 1948, Truman manifestou-se contrário a que se colocasse nos Estados Unidos o Partido Comunista na ilegalidade, alegando que existiam leis repressivas “contra pessoas que tentam depor o governo” (nos EUA). Além disso, teria afirmado que tornar ilegal um partido político seria contrário aos princípios americanos^{xix}.

Em paralelo, na mesma data em que o PCB foi posto na ilegalidade, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), as Uniões Sindicais e outras organizações similares foram suspensas por seis meses^{xx}. Essas organizações eram acusadas de serem controladas pelos comunistas, de funcionarem como organismos de cooptação e de buscarem desestabilizar a ordem vigente.

O decreto que destituiu essas direções instituiu juntas governativas, indicadas pelo Ministério do Trabalho, em todos aqueles sindicatos que contribuíram financeiramente ou se filiaram às entidades suspensas^{xxi}. Com base nesse

decreto, no mesmo dia, 14 sindicatos foram alvo de intervenção governamental. Nos dias que se seguiram, dezenas de entidades foram duramente reprimidas e tiveram as suas lideranças presas. No total, ocorreram 143 intervenções, representando 15,15% de todas as entidades sindicais reconhecidas pelo governo^{xxii}. O PCB recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), a quem solicitou anular a decisão que colocava o partido na ilegalidade, uma vez que considerava a medida inconstitucional. Imediatamente após o PCB ser posto na ilegalidade, muitas de suas sedes foram invadidas, documentos foram confiscados, militantes foram destratados, agredidos ou aprisionados. Prestes, recordando o período, afirma que no Rio foram fechadas cerca de 600 células do partido, em São Paulo, 361 células, 22 núcleos distritais e 102 comitês e em Porto Alegre, 123 comitês^{xxiii}.

Em julho de 1947, pouco após tornar o PCB ilegal, o governo enviou à Câmara Federal um projeto de lei que restringia as liberdades públicas, censurava a imprensa e atacava a estabilidade do funcionalismo e dos trabalhadores do setor privado. O autoritarismo do projeto original era tão acentuado que foi noticiado pelo conservador “O Estado de S. Paulo” como “Golpe na constituição”. O jornal ainda atacou o projeto de lei caracterizando-o como fascista^{xxiv}. O “Correio da Manhã” e outros jornais também criticaram a medida.

O PCB continuou, mesmo na ilegalidade, a manter uma considerável imprensa partidária, com a circulação de jornais diários, semanários e outros periódicos. O partido organizou no Brasil a “luta pela paz”, sob a orientação do Cominform. A “Luta pela paz” ocorria no contexto da Guerra Fria e tinha por objetivo criar mobilizações de massa nas mais diferentes regiões do planeta, atacando a corrida nuclear e responsabilizando a ação imperialista norte-americana pelo conflito.

Nos anos de 1947 e 1948, abateu-se uma intensa repressão sobre toda a sociedade civil brasileira. Além dos movimentos sociais influenciados pelas forças de esquerda, também foram alvo da repressão os setores conservadores que se opunham ao governo Dutra, como, por exemplo, aqueles aglutinados ao redor da UDN^{xxv}. Conforme os debates relativos ao projeto de lei que determinava a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas ganhavam magnitude e começavam a envolver os setores populares, através da organização de protestos, da coleta de assinaturas contra a possível decisão e de outras estratégias de embate, a repressão contra os militantes comunistas tornava-se mais intensa.

Como é possível observar, a estratégia governamental não se baseava apenas na repressão policial. Previa também a cooptação de lideranças, em contrapeso à discriminação e à exclusão daquelas indesejáveis nas respectivas entidades de classe. Em decorrência, sindicatos sob intervenção ou com orientação anticomunista começaram a excluir do seu quadro de associados membros acusados de serem comunistas. Uma notícia veiculada no “O Estado de São Paulo” informa que somente o Sindicato dos Metalúrgicos haveria eliminado, em novembro de 1947, cerca de 900 comunistas do seu quadro de associados^{xxvi}.

Em julho de 1947, chegou a ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal um projeto propondo a criação de uma Comissão de Atividades Antidemocráticas (aparentemente inspirado na Comissão de Atividades Antiamericanas existente nos EUA). No entanto, a proposta foi considerada inconstitucional^{xxvii}. A repressão aos comunistas continuou durante todo o mandato do general Dutra. A intensidade da repressão ocorrida levou alguns autores a afirmarem que nesse momento havia uma cruzada anticomunista no país^{xxviii}. A imprensa comunista foi mantida sob estreita vigilância e por diversas vezes as sedes desses jornais foram invadidas, tiveram as suas instalações depredadas e os seus militantes foram alvos de violências^{xxix}.

O processo repressivo ocorrido no Brasil não foi um caso isolado. Na América latina, os EUA, da mesma forma que, entre aproximadamente 1944 e 1946, apoiaram e estimularam a superação dos regimes autoritários, após esse período deram suporte para a conquista do poder para diversos grupos antidemocráticos. Os EUA almejavam a eliminação da influência e, onde possível, colocar na ilegalidade os partidos comunistas. Nesse mesmo sentido,

apoiavam também o controle do Estado sobre o movimento operário e a exclusão da União Soviética de qualquer influência no hemisfério^{xxx}. O Partido Comunista foi colocado na ilegalidade no Brasil, em 07 de maio de 1947, no Chile, em abril do mesmo ano e na Costa Rica, em julho de 1948. Os mandatos de parlamentares comunistas foram cassados no Chile, em 1947, e no Brasil em janeiro de 1948. Nesse ano, totalizaram oito os países que haviam posto os comunistas na ilegalidade. Por volta de 1956, em 14 dos vinte países da região, comunistas haviam sido excluídos do processo eleitoral e afastados do serviço público, e a sua imprensa e propaganda ou haviam sido restringidas ou postas na ilegalidade^{xxxi}. Além disso, os EUA procuraram influenciar o movimento operário latino-americano através de membros do corpo diplomático e principalmente através da American Federation of Labor^{xxxii}.

O Brasil e o Chile romperam relações diplomáticas com a União Soviética em 1947, a Colômbia fez o mesmo em 1948, a Venezuela e Cuba em 1952 e a Guatemala, em 1954, após o golpe militar organizado pelos EUA^{xxxiii}.

Pelo exposto, é possível verificar a relação entre a repressão política ocorrida no Brasil, durante o período estudado, e as estratégias vinculadas à Guerra Fria desenvolvidas pelos EUA e seus aliados. Sumariamente, é possível afirmar que durante o Governo Dutra o país experimentou um grande retrocesso no processo de abertura política iniciado no final da ditadura Vargas. É possível ainda detectar a gênese de uma cruzada anticomunista que possuía tanto raízes endógenas quanto exógenas. Conclui-se ainda que o alinhamento incondicional do país aos Estados Unidos reduziu a sua capacidade de negociação, o que significou o fim da expectativa de receber um tratamento preferencial e a conquista do *status* de potência regional. Durante o segundo governo Vargas, houve tentativas de equacionar essas tensões, buscando uma linha de ação intermediária, em que se mantinha a aliança com os EUA em bases renegociadas, exigindo o apoio estadunidense ao desenvolvimento econômico do país. Isso é tema para outro texto.

NOTAS

* Este trabalho resulta, em parte, de pesquisa desenvolvida no projeto de Pós-doutorado, no Laboratório de Estudos do Tempo Presente (IFCS-UFRJ), sob coordenação do professor Dr. Francisco Carlos Teixeira, a quem, juntamente com os colegas do Tempo, agradeço pelo estímulo e apoio. Agradeço à Universidade Estadual de Maringá, pela liberação de minhas atividades regulares; à Thaís Mantovani e à Maria Suely Pereira pelo auxílio na pesquisa documental; Agradeço ainda à Dra. Hilda Pívaro Stadniky e ao Alexandre B. Valim pela leitura cuidadosa e pelas críticas e sugestões. Por fim, devo sublinhar o inestimável e fundamental apoio financeiro recebido da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro- Faperj- através da concessão de Bolsa de Estudos. Esclareço ao leitor que muitas das idéias e algumas passagens deste artigo foram extraídas de MUNHOZ, Sidnei.J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Maringá: Diálogos v.6, 2002, p.41-59 e de MUNHOZ, Sidnei J. O Governo Dutra, a Guerra Fria e a repressão política aos comunistas (1946-1950)in: MONDAINI, Marco (Org) As Esquerdas no Brasil: um balanço histórico. Rio de Janeiro: UFF/Núcleo de Estudos Contemporâneos (ainda no prelo)

** Sidnei J. Munhoz é docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em História Comparada do IFCS-UFRJ (PPGH) e Pesquisador Associado do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (IFCS-UFRJ).

i MOURA, Gerson. Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro FGV, 1991, principalmente p. 51-54.

ii BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, Ian. Latin America between The Second World War and The Cold War.1944-1948. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 55-56; GAWRYSZEWSKI, Alberto - A agonia de morar: urbanização e habitação na cidade do Rio de Janeiro (DF) - 1945/50". São Paulo: FFLCH/USP, Tese de doutoramento, 1996.

iii BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, I. op. cit., p.1-3. MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Diálogos- Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, vol 6, 2002, p. 39-57.

iv BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, I. op. cit., p.1-3. Veja também dos mesmos autores The impact of the Cold War in Latin America in: LEFFLER, M and PAINTER, D. Origins of the Cold War op. cit., p. 293-316.

v SMITH, Peter H. Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations. New York: Oxford University Press, 1996, p. 130.

vi A Doutrina da contenção, elaborada por Kennan, definia como a maior ameaça soviética a sua capacidade de atração ideológica no interior dos países ocidentais e não o perigo de uma invasão militar.

vii Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)- Pasta 389/ 1 /31 - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e Ata Final.

viii Deve-se considerar também a fundamental influência da pressão popular no processo de normalização institucional ocorrido no país ao final da ditadura Vargas. Sobre esse aspecto veja CALIL, Gilberto G. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. M.C. Rondon: Tempos Históricos v.3, n.1, ago 2001, p. 91-120.

ix Para Leslie Bethel, a participação dos comunistas no processo de democratização do continente em 1945, 1946 e até na primeira metade de 1947 era até bem vista pelo governo de Washington. Veja BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, Ian. Latin America between The Second World War and the Cold War.1944-1948. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 10. No entanto, Bethel reconhece que desde o início do governo Dutra foi declarada guerra aos setores mais independentes do movimento operário e aos comunistas. Veja, BETHEL, L. Brazil. In: BETHEL, L ; ROXBOROUGH, I. Latin America ... op. cit. p. 58. Acredito, no entanto que os crescentes sinais de intolerância ao comunismo e ao ativismo de esquerda, já bastante perceptíveis nos EUA, desde a segunda metade de 1945, estimularam o retrocesso político no Brasil desde o início do governo Dutra.

x Veja DENNIS, Frank L. Dutra's Visit here a Symbol of Mutual Linking and Respect Washington Post, Washington, May, 15, 1949, p. 2B. Fundação Getúlio Vargas (FGV)–CPDOC ED. Vp. 1949.05.06

xi BETHELL, L. & HOXBOROUGH, I. Latin America between The Second World War and The Cold War.1944-1948, p. 56-57.

xii Nesse aspecto, discordo de Moisés Vinhas quando ele afirma que de 1945 a 1947 o país viveu um período intenso exercício das liberdades democráticas. Vinhas afirma ainda que a situação começa a mudar em 1947 em decorrência dos novos rumos da política internacional. Entendo que desde os primeiros sinais de mudança no cenário internacional, o governo Dutra passou a utilizar-se de mecanismos autoritários para conter o processo rumo à democratização do país e estancar o aumento da influência dos agrupamentos de esquerda. Veja VINHAS, Moisés. O partidão: a luta por um partido de massas. 1922-1974. São Paulo:Hucitec, 1982, p. 93-94.

xiii MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Maringá: Diálogos v.6, 2002, p41-59, principalmente p. 48-52..

xiv CHILCOTE, R. op. cit, 103-104. Essa linha foi adotada por outros partidos comunistas da América Latina.

xv Prestes chegou a afirmar que era preferível apertar a barriga e passar fome, do que fazer greves e criar agitações pois agitações e desordens naquela etapa histórica somente interessariam ao fascismo. Discurso de Prestes em um comício realizado em 26 de novembro de 1945, citado por VINHAS, Moisés. Op. cit, p. 92.

xvi DECRETO Nº 22.938, DE 15 DE ABRIL DE 1947. O artigo segundo do decreto previa ainda que o Ministério Público tomaria as medidas para a dissolução da associação. Veja também Suspensão do funcionamento da União da Juventude Comunista. OESP, 16/04/47, P. 3; O fechamento da Juventude Comunista. OESP, 18/04/47,p 3.

xvii Cancelamento do registro do PCB. Resolução no 1.841, do TSE (7 maio 1947); O TSE decidiu por 3 votos contra 2 cancelar o registro do PC. OESP, 08/05/47 p. 3 e 5; O julgamento do processo de fechamento DO PC. OESP, 08/05/47 p. 3 a 5.

xviii CHILCOTE, R. op. cit, p. 102. Pode ser que haja uma superestimação desse número, mas, de qualquer forma, deve-se reconhecer que o partido experimentou um enorme crescimento dos seus quadros. Bethel faz referência a 180 mil e Prestes em entrevista, na década de 1980, afirma que o partido possuía mais de 150 mil militantes. Veja BETHEL, op. Cit. P. 61 e MORAES, Dênis de ; Viana, Francisco. Prestes: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 118.

xix AHI. Pasta 51-3-5. 600.1 (22). Carta Telegrama da Embaixada do Brasil em Washington, endereçada ao Ministério das Relações Exteriores, datada de 14 de maio de 1948.

xx DECRETO Nº 23.046, de 07 DE maio DE 1947. Veja também "O Funcionamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil". OESP, 08/05/47 p.5.

xxi DECRETO Nº 23.046, de 07 DE maio DE 1947; GAWRYSZEWSKI, Alberto. Panela Vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios – 1945/50. Relatório de pesquisa apresentado ao Departamento de História da Universidade de Londrina p. 32; (foram consultados os originais cedidos pelo autor); BANDEIRA, Moniz. A presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história) Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978, p. 311-312. CHILCOTE, R. op. cit, p. 101.

xxii O FUNCIONAMENTO da Confederação dos Trabalhadores do Brasil.OESP, 08/05/1947, p.5; CHILCOTE, R. op. Cit, p.100-101. SEGATTO, op. cit, menciona a intervenção em 400 sindicatos até o final do governo Dutra.

xxiii MORAES, Dênis de ; VIANA, Francisco. Prestes: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p.118. Pode haver uma superestimação destes dados, contudo a repressão foi bastante intensa e atingiu as mais diversas regiões do país.

xxiv GOLPE na Constituição. OESP, 23/07/1947, p. 5. Veja também A NOVA lei de segurança. OESP, 24/07/1947, P. 05.

xxv Esse tema é desenvolvido em MUNHOZ, Sidnei J.. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Maringá: Diálogos v.6, 2002, p.41-59.

xxvi Os comunistas nos sindicatos trabalhista. OESP, 07/11/1947, p.4.

xxvii Inconstitucional o projeto criando a Comissão de Atividades Antidemocráticas. OESP, 02/07/1947, P. 3.

xxviii DAVIS, Sonny. A Brotherhood of Arms: Brazil-United States Military Relations, 1947-1977. Niwox: University Press of Colorado, 1996, p. 55.

xxix Veja, MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Maringá: Diálogos v.6, 2002, p.41-59.

xxx SMITH, Peter H. Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations. New York: Oxford University Press, 1996, p. 131.

xxxi SMITH, P. op. cit., p. 132.

xxxii Essa assertiva é corroborada por um documento encaminhado pela embaixada brasileira, em Moscou, endereçado ao Ministro Interino das Relações Exteriores AHI, 35/4/14.

Embaixada do Brasil. Moscou, 02/09/1946.

xxxiii SMITH, Peter H. op. cit, p. 131-139.